LEI 833 DE 20 DE OUTUBRO DE 2018

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO, ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu SANCIONO a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei estabelece, em cumprimento ao artigo 165, §2º, da Constituição Federal e as determinações da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, as diretrizes para elaboração dos orçamentos para o exercício financeiro de 2019, compreendendo:

I – as diretrizes, objetivos e metas da administração para o exercício proposto, em conformidade com o plano plurianual;

II – a estrutura, organização e diretrizes para a execução e alterações dos orçamentos do Município;

III – as disposições relativas às despesas com pessoal;

IV – as disposições sobre as alterações na legislação tributária;

§ 1º – fazem parte integrante desta Lei os seguintes Demonstrativos:

a) Anexo I – Estimativa de Arrecadação;

b) Anexo II – Prioridades da Administração;

c) Anexo III – Anexo de Riscos Fiscais;

d) Demonstrativo 1 - Metas Anuais;

e) Demonstrativo 2 – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

f) Demonstrativo 3 – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

g) Demonstrativo 4 – Evolução do Patrimônio Líquido;

h) Demonstrativo 5 – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

i) Demonstrativo 6 – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS;

j) Demonstrativo 7 – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

k) Demonstrativo 8 – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

§ 2º - os documentos previstos no § 1º deste artigo foram elaborados com base na Portaria STN nº 403/2016.

§ 3º - as prioridades da Administração Pública, contidas no Anexo I, são dispostas discriminadamente por Ações (Projetos, Atividades e Operações Especiais) quando da elaboração do PPA 2018-2021.

§ 4º - para a elaboração dos Demonstrativos da presente lei, foi utilizado o mesmo valor do PIB Estadual do exercício de 2015, no valor de R$44.389.210,00.

§ 5º - no que se refere ao Demonstrativo 7, o Município apresentará valores apenas quando da revisão do Código Tributário Municipal, bem como a partir de lei específica que venha a ser editada.

§ 6º - na elaboração do Demonstrativo 8, o Município observou o aumento previsto na arrecadação das receitas correntes para 2019, em relação à previsão de arrecadação para 2018.

§ 7º - Como providências, previstas no Anexo Único dos Riscos Fiscais, o Município considera como fonte de recursos para os créditos adicionais, a Reserva de Contingência e a Anulação de dotações orçamentárias, podendo se utilizar de outras fontes de recursos previstas na Lei nº 4.320/64, quando da execução orçamentária.

Art.2º - Entende-se por Diretrizes Orçamentárias as instruções e orientações para elaboração e execução dos orçamentos para o exercício financeiro de 2019.

SEÇÃO II
DOS GASTOS MUNICIPAIS

Art.3º - Constituem gastos municipais aqueles destinados à aquisição de materiais, bens e serviços para cumprimento dos objetivos do Município, bem como os compromissos de natureza social e financeira.

Art.4º - Os gastos municipais são estimados por serviços mantidos pelo Município, considerando-se:

I–A carga de trabalho estimada para o exercício financeiro;

II–Fatores conjunturais que possam afetar os gastos;

III–Recursos destinados ao pagamento e parcelamento da Dívida Fundada;

IV–Recursos destinados ao pagamento de sentenças judiciais;

SEÇÃO III
DAS RECEITAS DO MUNICIPIO

Art.5º - Constituem Receitas do Município aquelas provenientes:

I – Dos tributos de sua competência;

II – De atividades econômicas;

III – De transferências constitucionais ou voluntárias;

IV – Das alienações;

V – Dos empréstimos e financiamentos autorizados por Lei, destinados à despesa de capital;

VI – Das contribuições sociais para o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

Art.6º - A estimativa das receitas considera:

I – Os fatores conjunturais que passam vir a influenciar a produtividade de cada fonte;

II – A carga de trabalho estimada para o serviço, quando este for remunerado;

III – Alterações na legislação tributária;

IV – A variação do índice de preços;

V – A arrecadação dos últimos 05 (cinco) exercícios financeiros encerrados (2013 a 2017) e a previsão para 2018.

Art.7º - O Município fica obrigado a arrecadar todos os impostos de sua competência;

§1º - O Município não poupará esforços no sentido de diminuir o valor da dívida ativa;

§2º - O Município procurará modernizar a máquina fazendária no sentido de aumentar a arrecadação;

§3º - A lei que conceda ou amplie incentivos ou benefícios de natureza tributária só poderá ser aprovada ou editada se cumpridas às exigências do art.14 da Lei Complementar nº 101/2000

CAPÍTULO II
DAS DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Art.8º - Em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as metas e prioridades para o exercício financeiro de 2019 são as especificadas no Plano Plurianual 2018-2021.

Art.9º - As ações constantes no Anexo de que trata o artigo anterior possuem caráter indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o planejamento, sendo automaticamente atualizados pela lei orçamentária e respectivos créditos adicionais, com atualização automática nos valores previstos no plano plurianual.

§1º –Quando da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária para 2018 ambos os Poderes deverão verificar os programas que estão contemplados no PPA (2018-2021), e as ações prioritárias, nele contempladas para 2019, e se estão em consonância com as prioridades previstas na presente Lei.

§2º – Quando da Elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2019, o Poder Executivo e o Poder Legislativo deverão obedecer aos atos normativos que estiverem vigentes.

§3º – Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º, da LRF).

§4º - O Anexo I desta Lei, que trata das Prioridades da Administração Municipal para 2019, poderão ser alteradas quando da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária para 2019, a fim de que ações de exercícios posteriores sejam antecipadas, ações de exercícios anteriores sejam reprogramados e ações do exercício de referência sejam prorrogados.

§5º - Fica autorizada, quando da elaboração do PLOA/2019, a alteração das nomenclaturas das ações orçamentárias constantes no PPA 2018-2021, para atender às alterações normativas posteriores de programas, convênios e ações governamentais, que tenham sido alteradas por Lei, Decreto ou Portaria posteriores.

CAPÍTULO III
A ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E DIRETRIZES PARA A EXECUÇÃO E ALTERAÇÕES DO ORÇAMENTO

SEÇÃO I
Da Organização dos Orçamentos

Art.10 - A Lei Orçamentária compor-se-á de:

I – Orçamento Fiscal;

II – Orçamento da Seguridade Social;

III – Orçamento de Investimentos

§1º - O Orçamento Fiscal tratará da política fiscal e abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

§2º - O Orçamento de Seguridade Social abrangerá as áreas de Saúde e Assistência Social.

§3º - O Orçamento de Investimento abrangerá as empresas que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do Capital Social com direito a voto.

Art.11 – A Lei Orçamentária para o exercício de 2019 apresentará, conjuntamente, a programação do Orçamento Fiscal e o da Seguridade Social, na qual a discriminação:

I – Da Receita obedecerá ao disposto na Portaria STN 163, de 04 de Maio de 2001 e Portaria Conjunta STN/SOF 04, de 30 de novembro de 2010, e suas alterações;

II – Da Despesa far-se-á por unidade orçamentária, por função, subfunção, programa, projeto ou atividade, obedecendo à classificação funcional expressa na Portaria STN 42, de 04 de Abril de 1999 e suas atualizações; por Categoria Econômica, Grupo da Natureza da Despesa, Modalidade de Aplicação e Elemento de Despesa, consoante disposto na Portaria Conjunta STN/SOF 04, de 30 de novembro de 2010, e suas alterações.

Art. 12 – A lei orçamentária discriminará em unidades orçamentárias específicas as dotações destinadas:

I – a fundos especiais;

II – às ações de saúde;

III – às ações de assistência social;

IV – à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Art. 13 – No Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2019 as Despesas com Pessoal e Encargos não poderão ultrapassar o limite prudencial estabelecido no art. 22 da Lei Complementar nº 101/00.

Parágrafo Único – Caso o Município, quando da elaboração da Lei Orçamentária para 2019, já esteja acima do limite previsto no art. 22 da Lei Complementar nº 101/00, as vedações contidas no referido artigo deverão ser observadas quando da fixação destes gastos.

Art.14 – O Município não gastará menos que 25% (vinte e cinco por cento) no Desenvolvimento do Ensino, nem menos que 15% (quinze por cento) nas ações de saúde, em relação às receitas resultantes de impostos, conforme determina o art. 212 da Constituição Federal e a Emenda Constitucional nº 29, respectivamente, devendo a Lei Orçamentária para 2019 já fixar tais valores mínimos.

Art.15 – Constará da Lei Orçamentária recurso para pagamento de sentenças judiciais, consoante determina o art. 100 da Constituição Federal, devendo na execução orçamentária e financeira identificar os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, conforme determina o art. 10 da Lei Complementar nº 101 de 2000.

Art. 16 – O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo será constituído de:

I – texto da lei;

II – quadros orçamentários consolidados;

III – anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e despesa na forma definida nesta Lei;

IV – demonstrativo da renúncia da receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Parágrafo Único - A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e da despesa.

Art. 17 – Para efeito do disposto neste capítulo, o Poder Legislativo do Município e as entidades da Administração Indireta encaminharão, ao Poder Executivo, até 30 de agosto de 2018, sua respectiva proposta orçamentária, para, se compatível com as determinações previstas na Constituição ou em lei infraconstitucional, serem incluídas no projeto de lei orçamentária, observadas também as disposições desta Lei.

Art. 18 – O Poder Executivo encaminhará a proposta orçamentária para apreciação do Legislativo até 30 de setembro de 2018, prazo suficiente para estimar a receita de acordo com os índices da União e do Estado, bem como da Execução Orçamentária de 2018.

SEÇÃO II

Do Equilíbrio entre Receitas e Despesas

Art. 19 – A Lei orçamentária conterá reserva de contingência constituída de dotação global e corresponderá ao valor de até 3% (três por cento) da Receita Corrente Liquida Prevista para o Município e se destinará a atender a passivos contingentes e eventos fiscais imprevistos, considerando-se, neste último, a possibilidade de destinação para a abertura de créditos adicionais (Portaria STN 163, art. 8º), conforme anexo de riscos fiscais.

Parágrafo Único – para efeitos do disposto no caput deste artigo, a Reserva de Contingência do RPPS não será considerada no cálculo do limite máximo para reserva de contingência do Município, visto que aquela Reserva somente poderá ser destinada a passivos contingentes e eventos fiscais imprevistos do próprio RPPS.

Art. 20 – Para efeitos do art. 16 da Lei Complementar nº 101 de 2000, entende-se como despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites a que se referem os incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666 de 1993, bem como aquelas oriundas de aumento das alíquotas previdenciárias patronais.

Art. 21 – As despesas de caráter continuado terão um aumento limitado ao mesmo percentual verificado na Previsão da Receita para 2019 em relação ao exercício financeiro de 2018, desde que não comprometa as metas fiscais estabelecidas para o exercício de 2019.

Art. 22 – Na hipótese de ocorrer às circunstâncias estabelecidas no caput do art.9º, ou no inciso II, § 1º, do art. 31, todos da Lei Complementar nº 101/2000, os poderes Executivo e Legislativo deverão proceder à respectiva limitação de empenho, no montante e prazo previstos nos respectivos artigos.

§1º - Ao final de cada bimestre, a Administração Pública verificará o cumprimento das metas de resultado primário e nominal no Anexo de Metas Fiscais;

§2º - Ocorrendo o disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho, a fim de que atinjam as Metas Fiscais para o Exercício de 2019.

Art. 23 – Até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária do exercício de 2019, o Executivo estabelecerá, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas ao efetivo ingresso das receitas municipais.

SEÇÃO III

Dos Recursos Correspondentes às Dotações Orçamentárias e dos Créditos Adicionais Destinados ao Poder Legislativo

Art. 24 – O Poder Legislativo do Município terá como limite de despesas em 2019, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, a aplicação do percentual previsto no art. 29-A da Constituição Federal sobre a projeção de arrecadação para o exercício financeiro de 2018, que será enviado pelo Poder Executivo até 31 de julho de 2018, acrescido dos valores relativos aos inativos e pensionistas pagos diretamente por aquele Poder.

Art. 25 – O repasse financeiro relativo aos créditos orçamentários e adicionais será feito diretamente em conta bancária indicada pelo Poder Legislativo.

§1º - As Arrecadações de imposto de renda retido na fonte, rendimentos de aplicações financeiras, ISS e outras que venham a ingressar nos cofres públicos por intermédio do Legislativo e que não tenham sido recolhidas diretamente ao Executivo serão contabilizadas nesse Poder como receita municipal e, concomitantemente, como adiantamento de repasse mensal do Executivo ao Legislativo.

§2º - Ao final do exercício financeiro, o saldo de recursos do Legislativo será devolvido ao Poder Executivo, deduzidos:

I – os valores correspondentes ao saldo do passivo financeiro, considerando-se somente as contas do Poder Legislativo;

II – outros, desde que justificados pelo Presidente do Legislativo.

Art. 26 – A execução orçamentária do Legislativo será independente, mas integrada ao Executivo para fins de consolidação contábil.

SEÇÃO IV

Da Disposição Sobre Novos Projetos

Art. 27 – Além da observância das prioridades e metas de que trata esta Lei, a Lei Orçamentária e seus créditos adicionais, somente incluirão projetos novos após:

I – tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;

II – estiverem assegurados os recursos de manutenção do patrimônio público.

Parágrafo Único - Não constitui infração a este artigo o início de novo projeto, mesmo possuindo outros projetos em andamento, caso haja suficiente previsão de recursos orçamentários, ou que seja custeado por outra esfera de Governo.

SEÇÃO V

Da Transferência de Recursos para as Entidades da Administração Indireta

Art. 28 - O Município poderá efetuar transferências financeiras intragovernamentais, autorizadas em lei específica, conforme preconiza a Constituição da República, art. 167, VIII, a entidades da administração indireta até os limites necessários à manutenção das entidades ou investimentos previstos e que não haja suficiente disponibilidade financeira.

SEÇÃO VI

Das Transferências de Recursos para o Setor Privado

Subseção I

Dos Recursos Destinados a Entidades Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 29 – É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais ou auxílios, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I – sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura ou desporto, e estejam registradas nas Secretarias Municipais correspondentes;

II – sejam vinculadas a organismos de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III – atendam ao disposto no art. 204 da Constituição da República, no art. 61 do ADCT, bem como na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Parágrafo Único – para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, contendo:

a) Certidão Negativa junto ao INSS
b) Certidão Negativa junto à Receita Federal
c) Certidão Negativa junto à Fazenda Pública Estadual
d) Certidão Negativa junto à Fazenda Pública Municipal
e) Certidão Negativa junto ao FGTS
f) Certidão de Comprovação de Filantropia emitida pelo INSS

Subseção II

Das Transferências às Pessoas Físicas e Jurídicas

Art. 30 – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atender necessidades de pessoas físicas, através dos programas instituídos de assistência social, educação, saúde e cultura.

Parágrafo Único – a transferência de recursos dependerá de parecer prévio da Secretaria Municipal de Assistência Social, ou órgão equivalente do Município, que analisará os casos individualmente, aprovando-os ou não.

Art. 31 – A transferência de recursos públicos para cobrir necessidades de pessoas jurídicas sem fins lucrativos deverá ser autorizada na Lei Orçamentária Anual ou por lei específica e, ainda, atender a entidade que abranja atividades nas áreas de assistência social, saúde, agricultura, desporto, turismo ou educação.

§1º – a transferência de recursos dependerá de parecer prévio da Secretaria Municipal a qual a entidade privada seja relacionada, de acordo com a atividade executada.

§2º - a transferência de recurso dependerá da apresentação de declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, contendo:

a) Certidão Negativa junto ao INSS
b) Certidão Negativa junto à Receita Federal
c) Certidão Negativa junto à Fazenda Pública Estadual
d) Certidão Negativa junto à Fazenda Pública Municipal
e) Certidão Negativa junto ao FGTS

SEÇÃO VII
Dos Créditos Adicionais

Art. 32 – A Lei Orçamentária autorizará a abertura de créditos adicionais, do tipo suplementar, de 40% (quarenta por cento) da receita prevista para o Exercício de 2019.

Art. 33 – Os créditos adicionais especiais e extraordinários, se abertos nos últimos quatro meses do exercício de 2019, poderão ser reabertos, pelos seus saldos, no exercício de 2020, por Decreto do Poder Executivo, mediante a indicação de recursos do exercício corrente.

Art. 34 – Os projetos de lei relativos a créditos adicionais deverão vir acompanhados de:

I – exposições de motivos que os justifiquem;

II – indicação da fonte de recursos disponível para a suplementação, entendendo como fonte os recursos previstos no §1º, do art. 43, da Lei 4.320/64;

III – memória de cálculo em caso de excesso de arrecadação do exercício corrente, ou superávit financeiro do exercício anterior, separando recursos livres e vinculados.

SEÇÃO VIII
Transposição, Remanejamento e Transferência de Dotações Orçamentárias

Art. 35 – Fica o Poder Executivo, mediante decreto, autorizado a efetuar transposição, remanejamento e transferências de dotações orçamentárias na Orçamento do exercício de 2019.

§1º - A transposição, remanejamento e transferência são instrumentos de flexibilização orçamentária, diferenciando-se dos créditos adicionais que têm a função de corrigir desvios de planejamento.

§2º - Para efeitos das leis orçamentárias, entende-se por:

I – Transposição – o deslocamento de excedentes de dotações orçamentárias de categorias de programação totalmente concluídas no exercício para outras incluídas como prioridade no exercício;

II – Remanejamento – deslocamento de créditos e dotações relativos à extinção, desdobramento ou incorporação de unidades orçamentárias à nova unidade;

III – Transferência – deslocamento permitido de dotações de um mesmo programa de Governo.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO

SEÇÃO I
Do Aproveitamento da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

Art. 36 – A compensação de que trata o art. 17, § 2º da Lei Complementar nº 101 de 2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Administrações Indiretas, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da respectiva margem de expansão.

SEÇÃO II
Das Despesas com Pessoal

Art. 37 – Os Poderes Executivo e Legislativo publicarão até o encerramento do exercício de 2018, a tabela de cargos efetivos, empregos públicos e cargos comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil, demonstrando os quantitativos ocupados e vagos.

Art. 38 – Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição da República, ficam autorizados, além das vantagens pessoais já previstas nos planos de cargos e regime jurídico:

I - concessão de aumento de remuneração, como forma de revisão geral anual;

II - criação de cargos, empregos e funções de confiança, observadas as necessidades da Administração Pública;

III - reforma do plano de carreira do magistério público municipal;

IV - alteração da estrutura de carreiras;

V - admissão de pessoal por aprovação em concurso público para cargo ou emprego público, com disponibilidade de vagas;

VI - designação de função de confiança ou cargo em comissão, com disponibilidade de vagas;

VII - concessão de abono remuneratório aos servidores em exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

VIII – contratação de pessoal por tempo determinado, nos casos de excepcional interesse público, desde que atendidos os pressupostos que caracterizem como tal, nos termos da Lei Municipal específica, e que venham a atender a situações cuja investidura por

concurso não se revele a mais adequada, face às características da necessidade da contratação.

§1º – O atendimento ao disposto neste artigo deverá ser observado pelos Poderes Executivo e Legislativo;

§2º - Lei específica deverá ser editada quando da implantação dos incisos II, III e IV;

§3º - No caso de implantação do inciso I deste artigo, lei específica deverá ser editada, observando-se sempre os limites mínimos e máximos para os salários, além dos limites das despesas com pessoal previstos no inciso III, art. 20 e vedações do parágrafo único, inciso I, do art. 22, todos da Lei Complementar 101 de 2000;

§4º - Nos casos dos incisos deste artigo, deverá sempre ser observado o que preconizam os arts. 16, 17, 19, 20, 21, 22 e 23 da Lei Complementar 101 de 2000, quando de sua implantação.

Art. 39 – No exercício de 2018, quando a despesa total com pessoal exceder o limite previsto no parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar 101 de 2000, a realização de serviço extraordinário em qualquer dos Poderes somente poderá ocorrer no caso previsto do art. 57, §6º, inciso II, da Constituição, ou quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais, de risco ou de prejuízo para a sociedade, dentre estes:

I – situações de emergência ou calamidade pública;

II – situações em que possam estar em risco à segurança de pessoas ou bens;

III – a relação custo-benefício se revelar favorável em relação à outra alternativa possível.

Art. 40 – A Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2019 não poderá fixar o total das Despesas com Pessoal e Encargos acima do limite previsto no parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar 101 de 2000, devendo este limite ser observado por cada Poder separadamente.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 41 – Na política de administração tributária do Município, fica definida a seguinte diretriz para 2019, podendo, até o final do exercício, legislação específica dispor sobre:

I - revisão no Código Tributário do Município, especialmente sobre:

a) Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, observando-se a Lei Complementar 116 de 2003.

c) Regulamentação do Simples Nacional, no âmbito do Município.

Art. 42 – Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária.

Parágrafo Único – caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, serão contingenciadas as previsões de receitas e a fixação de dotações orçamentárias, de forma a restabelecer o equilíbrio entre receita e despesas.

CAPÍTULO VI
DO NÃO-ATINGIMENTO DAS METAS FISCAIS

Art. 43 – A limitação de empenho prevista no art. 22 desta Lei, deverá seguir a seguinte ordem de limitação:

I – No Poder Executivo:

a) diárias;

b) realização de serviço extraordinário;

c) aquisição de material de consumo;

d) realização de obras com recursos próprios

II – No Poder Legislativo:

a) diárias;

b) realização de serviço extraordinário;

c) aquisição de material de consumo;

d) realização de obras com recursos próprios.

§1º - As limitações previstas no inciso I deste artigo não podem abranger os projetos e atividades cuja despesa constitui obrigação constitucional ou legal de execução.

§2º - Em não sendo suficiente, ou sendo inviável sob o ponto de vista da administração, a limitação de empenho poderá ocorrer sobre outras despesas, com exceção:

I – das despesas com pessoal e encargos sociais;

II – das despesas necessárias para o atendimento à saúde;

III – das despesas necessárias para a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;

IV – das despesas necessárias para o atendimento à Assistência Social;

V – das despesas com pagamento de Aposentadorias e Pensões;

VI – das despesas com o pagamento dos encargos e do principal da dívida consolidada do Município;

VII – das despesas com o pagamento de precatórios judiciais.

§3º - A limitação de empenho corresponderá, em termos percentuais, ao valor ultrapassado da meta de resultado primário ou nominal, estabelecido no Anexo de Metas Fiscais.

§4º - Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Legislativo, até o vigésimo dia do mês subseqüente ao final do bimestre, acompanhado dos parâmetros adotados e das estimativas de receitas e despesas, o montante que caberá a cada um na limitação do empenho e da movimentação financeira.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 44 – Para fins de cumprimento do art. 62 da Lei Complementar 101 de 2000, fica o Município autorizado a firmar convênio ou acordo, com a União ou Estados, com vistas:

I – ao funcionamento de serviços bancários e de segurança pública;

II – a possibilitar o assessoramento técnico aos produtores rurais do Município;

III – à utilização conjunta, no Município, de máquinas e equipamentos de propriedade do Estado ou União;

IV – a cessão de servidores para o funcionamento de órgãos ou entidades dos Entes envolvidos;

V – a realização de obras e serviços públicos de interesse público local.

Art. 45 – Se o Projeto de Lei Orçamentária não for aprovado até 31 de dezembro de 2018, ficam os Poderes Executivos e Legislativos autorizados a utilizar 1/12 avos (um doze avos) mensais da Proposta Orçamentária para 2019.

Art. 46 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Quebrangulo/AL, 20 de outubro de 2018

MARCELO RICARDO VASCONCELOS LIMA
Prefeito Municipal

ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO
LDO 2019 - ANEXO I - PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

PPA 2018 / 2021

Programa: **0000 - ENCARGOS ESPECIAS**

Ação	Produto / Unidade	Tipo	Meta	2018	2019	2020	2021	Total
0005 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA	DÍVIDA AMORTIZADA / EXERCÍCIO	O	*Física*					4
			Financeira R$	278.468,00	290.999,00	304.094,00	317.778,00	1.191.339,00
			Total Física					**4**
			Total Financeira R$	**278.468,00**	**290.999,00**	**304.094,00**	**317.778,00**	**1.191.339,00**

ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO
LDO 2019 - ANEXO I - PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

PPA 2018 / 2021

Programa: **0001 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE DURAÇÃO CONTINUADA**

Ação	Produto / Unidade	Tipo	Meta	2018	2019	2020	2021	Total
2001 - MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	886.753,00	926.657,00	968.356,00	1.011.932,00	3.793.698,00
2002 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	606.815,00	634.122,00	662.657,00	692.477,00	2.596.071,00
2003 - MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	48.178,00	50.346,00	52.612,00	54.979,00	206.115,00
2004 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	2.015.491,00	2.106.188,00	2.200.967,00	2.300.010,00	8.622.656,00
2005 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SEC. MUNICIPAL DE FINANÇAS	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	813.178,00	813.178,00	813.178,00	813.178,00	3.252.712,00
2036 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	46.544,00	48.638,00	50.827,00	53.114,00	199.123,00
2037 - MANUTENÇÃO DO CONTROLE INTERNO DO PODER LEGISLATIVO	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	46.544,00	48.638,00	50.827,00	53.114,00	199.123,00
2038 - MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA DO PODER LEGISLATIVO	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	34.004,00	35.534,00	37.133,00	38.804,00	145.475,00
2065 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO CONSÓRCIO PÚBLICO - CONISUL	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	25.080,00	26.209,00	27.388,00	28.620,00	107.297,00
			Total Física					**36**
			Total Financeira R$	**4.522.587,00**	**4.689.510,00**	**4.863.945,00**	**5.046.228,00**	**19.122.270,00**

ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO

LDO 2019 - ANEXO I - PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

PPA 2018 / 2021

Programa: **0002 - POR UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE, DEMOCRÁTICA E INCLUSIVA**

Ação	Produto / Unidade	Tipo	Meta	2018	2019	2020	2021	Total
1001 - AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR - FNDE	VEÍCULOS ADQUIRIDOS / UNIDADE	P	*Física*					4
			Financeira R$	600.000,00	627.000,00	655.215,00	684.700,00	2.566.915,00
1002 - CONSTR., REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO E UNIDADES ESCOLARES	ESCOLAS AMPLIADAS E/OU REFORMADAS E/OU ADEQUADAS / UNIDADE	P	*Física*					1
			Financeira R$	2.205.222,00	0,00	0,00	0,00	2.205.222,00
1003 - CONSTR., REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE BIBLIOTECAS	BIBLIOTECA CONSTRUÍDA E/OU REFORMADA / UNIDADE	P	*Física*					4
			Financeira R$	250.000,00	261.250,00	273.006,00	285.292,00	1.069.548,00
1005 - CONST. DA SEDE DA SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO	SEDE CONSTRUÍDA / UNIDADE	P	*Física*					4
			Financeira R$	80.000,00	83.600,00	87.362,00	91.293,00	342.255,00
1006 - CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVAS ESCOLARES	QUADRA CONSTRUÍDA / UNIDADE	P	*Física*					1
			Financeira R$	0,00	800.000,00	0,00	0,00	800.000,00
1007 - AMPLIAÇÃO E/OU REFORMA DE QUADRA POLIESPORTIVA	QUADRA REFORMADA / UNIDADE	P	*Física*					4
			Financeira R$	300.000,00	313.500,00	327.608,00	342.350,00	1.283.458,00
1009 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA AS ESCOLAS DA REDE	VEÍCULO ADQUIRIDO / UNIDADE	P	*Física*					4
			Financeira R$	50.000,00	52.250,00	54.601,00	57.058,00	213.909,00
1010 - IMPLANTAÇÃO DOS LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA NAS ESCOLAS DE REDE	LABORATÓRIO CONSTRUÍDO / UNIDADE	P	*Física*					4
			Financeira R$	240.000,00	250.800,00	262.086,00	273.880,00	1.026.766,00
2006 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	1.013.545,00	1.059.155,00	1.106.816,00	1.156.623,00	4.336.139,00
2013 - MANUT. DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	11.966,00	12.504,00	13.067,00	13.651,00	51.188,00
2014 - MANUT. DO PROGR. NAC. DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	351.871,00	367.705,00	384.252,00	401.543,00	1.505.371,00
2015 - PROG. DE AP. AO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE INFANTIL	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	12.649,00	13.218,00	13.813,00	14.435,00	54.115,00
2016 - PROG. DE AP. AO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE FUNDAMENTAL	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	98.703,00	103.145,00	107.786,00	112.637,00	422.271,00
2017 - QUOTA MUNICIPAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - QSE	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	257.402,00	268.985,00	281.089,00	293.738,00	1.101.214,00
2018 - MANUTE. DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	19.471,00	20.347,00	21.263,00	22.220,00	83.301,00
2019 - PAGAMENTO DO MAGISTÉRIO DO ENSINO INFANTIL CRECHE - 60%	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	192.398,00	201.056,00	210.103,00	219.558,00	823.115,00
2020 - PAGAMENTO DO MAGISTÉRIO DO ENSINO FUNDAMENTAL - 60%	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	5.549.807,00	5.799.548,00	6.060.528,00	6.333.252,00	23.743.135,00
2022 - PAGAMENTO DO MAGISTÉRIO DO ENSINO ESPECIAL - 60%	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	145.551,00	152.101,00	158.945,00	166.098,00	622.695,00
2024 - MANUTENÇÃO DO ENSINO ESPECIAL - 40%	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	121.198,00	126.652,00	132.351,00	138.307,00	518.508,00

Programa: 0002 - POR UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE, DEMOCRÁTICA E INCLUSIVA

2025 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE JOVENS E ADULTOS - 40%	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	167.667,00	175.212,00	183.097,00	191.336,00	717.312,00
2026 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO INFANTIL - 40%	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	693.267,00	724.464,00	757.065,00	791.133,00	2.965.929,00
2027 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 40%	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	2.431.673,00	2.541.098,00	2.655.448,00	2.774.943,00	10.403.162,00
2028 - PAGAMENTO DO MAGISTÉRIO DO ENSINO INFANTIL PRE-ESCOLA - 60%	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	466.122,00	487.097,00	509.017,00	531.923,00	1.994.159,00
2029 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	25.857,00	27.021,00	28.236,00	29.507,00	110.621,00
2030 - PAGAMENTO DO MAGISTÉRIO DO EJA - 60%	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	459.007,00	479.662,00	501.247,00	523.803,00	1.963.719,00
2047 - GEITE - GESTÃO INTEGRADA DE TRANSPORTE ESCOLAR	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	113.696,00	118.812,00	124.159,00	129.746,00	486.413,00
2048 - PROGRAMA BRASIL CARINHOSO - FNDE	PROGRAMA IMPLANTADO / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	313.500,00	327.608,00	342.350,00	357.756,00	1.341.214,00
2062 - AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS ESCOLARES	BRINQUEDOS ADQUIRIDOS / %	A	*Física*					400
			Financeira R$	20.000,00	20.900,00	21.840,00	22.823,00	85.563,00
2063 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - AP. FINANCEIRO FNDE	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	513.523,00	536.632,00	560.780,00	586.015,00	2.196.950,00
			Total Física					**506**
			Total Financeira R$	**16.704.095,00**	**15.951.322,00**	**15.833.130,00**	**16.545.620,00**	**65.034.167,00**

ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO
LDO 2019 - ANEXO I - PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

PPA 2018 / 2021

Programa: **0003 - ASSISTÊNCIA SOCIAL PRA TRABALHAR E RESOLVER (PREVENTIVA)**

Eixo Estruturante: CIDADE COM DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Macro Objetivo: Assegurar e ampliar o serviço de proteção social preventivo a famílias/indivíduos em situação de vulnerabilidade social, fortatelecendo os vínculos familiares e comunitários.

Objetivo: Estruturar o órgão e efetivar o lançamento dos dados e as ações realizadas via sistema, bem como o atendimento na sede do CRAS, as atividades realizadas no seu território de abrangência e fora dele e com isso potencializar as ações e serviços.

Ementa: Estruturar o órgão e efetivar o lançamento dos dados e as ações realizadas via sistema, bem como o atendimento na sede do CRAS, as atividades realizadas no seu território de abrangência e fora dele e com isso potencializar as ações e serviços

Público Alvo: Famílias/indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

Indicador (es) do PPA	Ano Ref.	Unidade	Índice Ref.	Índice Atual
Taxa de Famílias referenciadas no CRAS	2018	%	25	75,16
Taxa de Famílias em acompanhamento no PAIF	2018	%	25	85,8
Taxa do ID CRAS	2018	%	5	3
Taxa de visitas domiciliares realizadas por mês	2018	UNIDADE	40	10

Ação	Produto / Unidade	Tipo	Meta	2018	2019	2020	2021	Total
6002 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASS. SOCIAL	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	20.000,00	20.900,00	21.840,00	22.823,00	85.563,00
6011 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	30.000,00	31.350,00	32.761,00	34.235,00	128.346,00
6020 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PBF (CRAS/PAIF)	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6021 - BLOCO PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - SCFV	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	64.370,00	67.267,00	70.294,00	73.457,00	275.388,00
6022 - BLOCO PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - SCFV (DEFICIENTES)	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	33.357,00	34.858,00	36.427,00	38.066,00	142.708,00
6023 - BLOCO PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - SCFV (CRIANÇAS/ADOLESCENTES)	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	34.368,00	35.915,00	37.531,00	39.220,00	147.034,00
6024 - BL. DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PROJOVEM ADOLESCENTE	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	68.036,00	71.098,00	74.297,00	77.640,00	291.071,00
6025 - AÇÕES EST.DO PROGRAMA DE ERR.DO TRABALHO INFANTIL - PETI	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	43.524,00	45.483,00	47.529,00	49.668,00	186.204,00
6026 - BL. PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - PFMC I	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	30.520,00	31.893,00	33.329,00	34.828,00	130.570,00
6027 - BLOCO DA GESTÃO DO PBF E DO CADASTRO ÚNICO - IGD/PBF	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	61.107,00	63.857,00	66.730,00	69.733,00	261.427,00
6028 - BLOCO DA GESTÃO DO SUAS - IGD/SUAS	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	18.672,00	19.512,00	20.390,00	21.308,00	79.882,00
6029 - PROGRAMA DE BENEFÍCIO PRESTAÇÃO CONTINUADA - BPC	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	11.924,00	12.461,00	13.021,00	13.607,00	51.013,00
6030 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AO IDOSO	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	9.600,00	10.032,00	10.483,00	10.955,00	41.070,00

Programa: 0003 - ASSISTÊNCIA SOCIAL PRA TRABALHAR E RESOLVER (PREVENTIVA)

6031 - MANUT. DO CONSELHO TUTELAR DOS DIR. DA CRIAN. E DO ADOLESC.	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	10.000,00	10.450,00	10.920,00	11.412,00	42.782,00
6034 - SUBVENÇÃO A PASTORAL DA CRIANÇA	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	1.000,00	1.045,00	1.092,00	1.141,00	4.278,00
6035 - BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - PFMC	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	30.000,00	31.350,00	32.761,00	34.235,00	128.346,00
6054 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PSB	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6055 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - MÉDIA COMPLEXIDADE	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	25.088,00	26.217,00	27.397,00	28.630,00	107.332,00
6058 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA O CRAS	Veículo Adquirido / UNIDADE	A	*Física*					1
			Financeira R$	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
			Total Física					**73**
			Total Financeira R$	**541.566,00**	**513.688,00**	**536.802,00**	**560.958,00**	**2.153.014,00**

ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO
LDO 2019 - ANEXO I - PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

PPA 2018 / 2021

Programa: **0004 - ASSISTÊNCIA SOCIAL PRA TRABALHAR E RESOLVER (PROTETIVA)**

Eixo Estruturante: CIDADE COM DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Macro Objetivo: Assegurar a proteção social protetiva a famílias/indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social.

Objetivo: Estruturar o órgão e efetivar o lançamento dos dados e as ações realizadas via sistema, bem como o atendimento na sede do CRAS, as atividades realizadas no seu território de abrangência e fora dele e com isso potencializar as ações e serviços.

Ementa: Viabilizar um espaço adequado para o funcionamento do órgão, estruturando-o, com a finalidade de efetivar as ações realizadas via sistema, o atendimento na sede e as atividades realizadas em todo o município.

Público Alvo: Famílias/indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social em decorrência de violação de direitos.

Indicador (es) do PPA	Ano Ref.	Unidade	Índice Ref.	Índice Atual
Taxa do índice de desenvolvimento do CREAS	2018	UNIDADE	5	2
Taxa de visitas domiciliares realizadas as famílias em situação de violação de direitos por mês.	2018	UNIDADE	54	26

Ação	Produto / Unidade	Tipo	Meta	2018	2019	2020	2021	Total
6059 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA O CREAS	Veículo Adquirido / UNIDADE	A	*Física*					1
			Financeira R$	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
6060 - CONSTRUÇÃO DA SEDE PRÓPRIA DO CREAS	Unidade Construída / UNIDADE	A	*Física*					1
			Financeira R$	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
			Total Física					**2**
			Total Financeira R$	**150.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**150.000,00**

PPA 2018 / 2021

Programa: 0005 - ASSISTÊNCIA SOCIAL PRA TRABALHAR E RESOLVER, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO COM EQUIDADE.

Eixo Estruturante: CIDADE COM DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Macro Objetivo: Garantir o acesso a programas e direitos socioassistenciais que contribuam para a superação da situação de vulnerabilidade e pobreza.

Objetivo: Proporcionar o atendimento ágil aos usuários de maneira efetiva e eficaz, bem como estruturar organizacionalmente o órgão, proporcionando um ambiente adequado e digno para a acolhida, escuta e/ou atendimento do usuário.

Ementa: Proporcionar o atendimento ágil aos usuários de maneira efetiva e eficaz, bem como estruturar organizacionalmente o órgão, proporcionando um ambiente adequado e digno para a acolhida, escuta e/ou atendimento do usuário.

Público Alvo: Famílias/indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

Indicador (es) do PPA	Ano Ref.	Unidade	Índice Ref.	Índice Atual
Taxa do quantitativo de atividades coletivas no mês	2018	UNIDADE	2	1
Taxa de atendimento particularizado do Serviço Social.	2018	UNIDADE	20	11
Taxa do IGD - M	2018	%	1	0,77
Taxa de atualizacão cadastral	2018	%	95	74.44

Ação	Produto / Unidade	Tipo	Meta	2018	2019	2020	2021	Total
		A	*Física*					
			Financeira R$	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			Total Física					
			Total Financeira R$	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

PPA 2018 / 2021

Programa: **0006 - ASSISTÊNCIA SOCIAL PRA TRABALHAR E RESOLVER, PRA QUEM DELA NECESSITAR.**

Eixo Estruturante: CIDADE COM DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Macro Objetivo: Aprimorar os serviços ofertados pela Assistência Social, direcionados a quem dela necessitar, executando-os de acordo com o que preconiza a Política Nacional e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Objetivo: Estruturar o órgão e efetivar o lançamento dos dados e as ações realizadas via sistema, bem como o atendimento na sede do CRAS, as atividades realizadas no seu território de abrangência e fora dele e com isso potencializar as ações e serviços.

Ementa: Viabilizar estrutura adequada para o desempenho das atividades e/ou atendimentos na sede, resguardando a dignidade e o sigilo dos atendimentos e potencializando a articulação e o fluxo entre os serviços, sanando assim a carência material necessária

Público Alvo: Funcionários que compõem a equipe do órgão gestor

Indicador (es) do PPA	Ano Ref.	Unidade	Índice Ref.	Índice Atual
Taxa da população com renda de R$ 0,00 até ½ salário mínimo.	2018	UNIDADE	10% habit	3190
Taxa de gestantes inseridas no CADÚNICO.	2018	UNIDADE	100%	84
Taxa de concessão de benefícios eventuais não regulamentados.	2018	UNIDADE	78	78
ID CMAS.	2018	UNIDADE	5	2,33
Taxa de encontros com a equipe técnica na sede.	2018	UNIDADE	4	0
Taxa de atendimento do Setor Benefícios Eventuais	2018	UNIDADE	160	160

Ação	Produto / Unidade	Tipo	Meta	2018	2019	2020	2021	Total
6033 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	POPULAÇÃO ATENDIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	30.000,00	31.350,00	32.761,00	34.235,00	128.346,00
6039 - MANUT. DO FUNDO MUN. DOS DIR. DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	15.000,00	15.675,00	16.380,00	17.117,00	64.172,00
6061 - CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO NUTRICIONAL	Contrução do Complexo Nutricional / UNIDADE	A	*Física*					1
			Financeira R$	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
6062 - MANUTENÇÃO DO COMPLEXO NUTRICIONAL	Manutenção do Complexo Nutricional / UNIDADE	A	*Física*					4
			Financeira R$	41.903,00	43.789,00	45.759,00	47.818,00	179.269,00
			Total Física					**13**
			Total Financeira R$	**186.903,00**	**90.814,00**	**94.900,00**	**99.170,00**	**471.787,00**

PPA 2018 / 2021

Programa: 0007 - ESPORTE PARA TODOS

Ação	Produto / Unidade	Tipo	Meta	2018	2019	2020	2021	Total
2032 - APOIO ÀS ATIVIDADES DESPORTIVAS	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	39.738,00	41.526,00	43.395,00	45.348,00	170.007,00
			Total Física					**4**
			Total Financeira R$	**39.738,00**	**41.526,00**	**43.395,00**	**45.348,00**	**170.007,00**

ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO

Programas Temáticos (Finalisticos)

PPA 2018 / 2021

Programa: **0008 - CULTURA PARA TODOS**

Ação	Produto / Unidade	Tipo	Meta	2018	2019	2020	2021	Total
2033 - APOIO AS FESTIVIDADES CÍVICAS, TRADICIONAIS E CULTURAIS	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	208.101,00	217.466,00	227.252,00	237.478,00	890.297,00
2034 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	99.192,00	103.656,00	108.320,00	113.195,00	424.363,00
			Total Física					**8**
			Total Financeira R$	**307.293,00**	**321.122,00**	**335.572,00**	**350.673,00**	**1.314.660,00**

Programa: 0009 - SEGURIDADE SOCIAL COM RESPONSABILIDADE

PPA 2018 / 2021

Ação	Produto / Unidade	Tipo	Meta	2018	2019	2020	2021	Total
2040 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO RPPS	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	301.389,00	314.952,00	329.125,00	343.935,00	1.289.401,00
2041 - MANUT. DO PAG. AOS APOSEN. E PENSION. E DEMAIS BEN. DO RPPS	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	6.146.269,00	5.985.851,00	6.711.879,00	7.013.914,00	25.857.913,00
			Total Física					**8**
			Total Financeira R$	**6.447.658,00**	**6.300.803,00**	**7.041.004,00**	**7.357.849,00**	**27.147.314,00**

PPA 2018 / 2021

Programa: **0010 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA**

Ação	Produto / Unidade	Tipo	Meta	2018	2019	2020	2021	Total
9998 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - RPPS	RESERVA CONTINGENCIADA / EXERCÍCIO	O	*Física*					4
			Financeira R$	533.517,00	557.525,00	582.614,00	608.832,00	2.282.488,00
9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RESERVA CONTINGENCIADA / EXERCÍCIO	O	*Física*					4
			Financeira R$	34.235,00	35.776,00	37.385,00	39.068,00	146.464,00
			Total Física					**8**
			Total Financeira R$	**567.752,00**	**593.301,00**	**619.999,00**	**647.900,00**	**2.428.952,00**

PPA 2018 / 2021

Programa: 0011 - SAÚDE PARA TODOS NÓS

Ação	Produto / Unidade	Tipo	Meta	2018	2019	2020	2021	Total
5004 - IMPLANTAÇÃO DO CENTRO CIRÚRGICO	CENTRO IMPLANTADO / UNIDADE	P	*Física*					4
			Financeira R$	161.800,00	169.081,00	176.690,00	184.641,00	692.212,00
5005 - CONSTRUÇÃO DA MATERNIDADE	MATERNIDADE CONSTRUÍDA / UNIDADE	P	*Física*					4
			Financeira R$	300.000,00	313.500,00	327.608,00	342.350,00	1.283.458,00
5006 - AQUISIÇÃO DE UNIDADE MÓVEL	VEÍCULOS ADQUIRIDOS / UNIDADE	P	*Física*					4
			Financeira R$	168.000,00	175.560,00	183.460,00	191.716,00	718.736,00
5007 - CONSTR., AMPL. E/OU REFORMA DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	UNIDADES CONSTRUÍDAS, AMP., E/OU REFORMADAS /	P	*Física*					1
			Financeira R$	663.000,00	0,00	0,00	0,00	663.000,00
5008 - CONSTR. DA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SEDE CONSTRUÍDA / UNIDADE	P	*Física*					4
			Financeira R$	150.000,00	156.750,00	163.804,00	171.175,00	641.729,00
5009 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS	CENTRO CONSTRUÍDO / UNIDADE	P	*Física*					1
			Financeira R$	800.000,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00
5013 - MELHORIA HABITACIONAL EM COMBATE A DOENÇA DE CHAGAS	CASAS MELHORADAS / UNIDADE	P	*Física*					4
			Financeira R$	920.000,00	961.400,00	1.004.663,00	1.049.873,00	3.935.936,00
6001 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	100.000,00	104.500,00	109.202,00	114.117,00	427.819,00
6003 - BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB FIXO	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	364.826,00	381.243,00	398.399,00	416.327,00	1.560.795,00
6004 - BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA - ESF	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	774.852,00	809.720,00	846.158,00	884.235,00	3.314.965,00
6005 - BL. DE MÉDIA E ALTA COM. AMB. HOSPITALAR - TETO FINANCEIRO	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	1.620.000,00	1.692.900,00	1.769.080,00	1.792.218,00	6.874.198,00
6006 - BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA - PACS	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	447.782,00	467.932,00	488.989,00	510.994,00	1.915.697,00
6007 - BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA - SAÚDE BUCAL	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	21.800,00	22.781,00	23.806,00	24.877,00	93.264,00
6008 - BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA - COMP. DE ESPEC. REGIONAIS	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	92.920,00	97.101,00	101.471,00	106.037,00	397.529,00
6009 - BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA - PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA - PSE	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	32.794,00	34.270,00	35.812,00	37.423,00	140.299,00
6012 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	300.000,00	313.500,00	327.608,00	342.350,00	1.283.458,00
6014 - BL.DE ASSIST. FARMACEUTICA - ASSIST. FARMACEUTICA BÁSICA	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	73.488,00	76.795,00	80.251,00	83.862,00	314.396,00
6015 - BL. DE VIG. EM SAÚDE - AÇÕES EST. DE VIG. SANITÁRIA	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	3.292,00	3.440,00	3.595,00	3.757,00	14.084,00
6016 - BL. DE VIG. EM SAÚDE - GER. DE RISCO DA VIG. SANITÁRIA	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	3.919,00	4.095,00	4.280,00	4.472,00	16.766,00

Programa: 0011 - SAÚDE PARA TODOS NÓS

6017 - BL. DE VIG. EM SAÚDE - PISO FIXO DE VIGILANCIA EM SAUDE (PFVS)	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*						4
			Financeira R$	251.885,00	263.220,00	275.065,00	287.443,00	1.077.613,00	
6018 - BL. DE VIG. EM SAÚDE - VIG. EPID. EAMBIENTAL EM SAÚDE	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*						4
			Financeira R$	6.579,00	6.875,00	7.184,00	7.508,00	28.146,00	
6019 - BL. DE VIG. EM SAÚDE - PISO FIXO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (PFVISA)	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*						4
			Financeira R$	44.045,00	46.027,00	48.098,00	50.263,00	188.433,00	
6032 - BL. DE MÉDIA E ALTA COM. AMB. HOSPITALAR - CAPS	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*						4
			Financeira R$	365.172,00	381.605,00	398.777,00	416.722,00	1.562.276,00	
6036 - BL. DA GESTÃO DO SUS - QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO DO SUS	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*						4
			Financeira R$	12.000,00	12.540,00	13.104,00	13.694,00	51.338,00	
6038 - BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA - NASF	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*						4
			Financeira R$	240.000,00	250.800,00	262.086,00	273.880,00	1.026.766,00	
6040 - BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA - PMAQ	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*						4
			Financeira R$	650.900,00	680.190,00	710.799,00	742.785,00	2.784.674,00	
6041 - BL. DE MÉDIA E ALTA COM. AMB. HOSPITALAR - CEO	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*						4
			Financeira R$	136.620,00	142.768,00	149.192,00	155.906,00	584.486,00	
6042 - BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA - PRO SAÚDE	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*						4
			Financeira R$	75.600,00	79.002,00	82.557,00	86.272,00	323.431,00	
6043 - BLOCO DE MÉDIA E ALTA COM. AMB. HOSPITALAR-REDE DE URGÊNCIA	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*						4
			Financeira R$	95.403,00	99.696,00	104.182,00	108.871,00	408.152,00	
6044 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*						4
			Financeira R$	12.000,00	12.540,00	13.104,00	13.694,00	51.338,00	
6046 - BLOCO DE ASSIST. FARMACÊUTICA - QUALIFAR SUS	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*						4
			Financeira R$	37.620,00	39.313,00	41.082,00	42.931,00	160.946,00	
6047 - BLOCO DE MÉDIA E ALTA COM. AMB. HOSPITALAR - PROMATER	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*						4
			Financeira R$	52.500,00	54.862,00	57.331,00	59.911,00	224.604,00	
6048 - BLOCO DE MÉDIA E ALTA COM. AMB. HOSPITALAR - PROVIDA	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*						4
			Financeira R$	64.429,00	67.328,00	70.358,00	73.524,00	275.639,00	
6050 - MANUTENÇÃO DA ACADEMIA DE SAÚDE	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*						4
			Financeira R$	85.860,00	89.724,00	93.761,00	97.981,00	367.326,00	
6051 - MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO REGIONAL DE PRÓTESES	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*						4
			Financeira R$	39.941,00	41.738,00	43.617,00	45.579,00	170.875,00	
6052 - MANUTENÇÃO DAS ENDEMIAS	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*						4
			Financeira R$	32.541,00	34.005,00	35.536,00	37.134,00	139.216,00	
6053 - MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO DE ANALISES CLÍNICAS	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*						4
			Financeira R$	105.446,00	110.191,00	115.150,00	120.331,00	451.118,00	
6056 - BL. DE MÉDIA E ALTA COM. AMB. HOSPITALAR - REDE BRASIL S/MISERIA	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*						4
			Financeira R$	2.613,00	2.731,00	2.853,00	2.982,00	11.179,00	
6057 - BL. DE MÉDIA E ALTA COM. AMB. HOSPITALAR - FAEC	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*						4
			Financeira R$	3.135,00	3.276,00	3.423,00	3.578,00	13.412,00	

Programa: 0011 - SAÚDE PARA TODOS NÓS

Total Física					150
Total Financeira R$	9.312.762,00	8.202.999,00	8.572.135,00	8.901.413,00	34.989.309,00

Programa: 0012 - AGRICULTURA FORTALECENDO O CIDADÃO

PPA 2018 / 2021

Ação	Produto / Unidade	Tipo	Meta	2018	2019	2020	2021	Total
1008 - CONSTRUÇÃO DE POCILGA COMUNITÁRIA	POCILGA CONSTRUÍDA / UNIDADE	P	*Física*					4
			Financeira R$	52.250,00	54.601,00	57.058,00	59.626,00	223.535,00
1011 - REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DO MATADOURO PÚBLICO	MATADOURO REFORMADO E/OU AMPLIADO / UNIDADE	P	*Física*					4
			Financeira R$	104.500,00	109.202,00	114.117,00	119.252,00	447.071,00
1012 - CONSTR. E/OU REFORMA DO MERCADO PÚBLICO	MERCADO CONSTRUÍDO E/OU REFPORMADO / UNIDADE	P	*Física*					4
			Financeira R$	31.350,00	32.761,00	34.235,00	35.776,00	134.122,00
1013 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	MÁQUINAS E IMPLEMENTOS ADQUIRIDOS / UNIDADE	P	*Física*					4
			Financeira R$	330.617,00	345.495,00	361.042,00	377.289,00	1.414.443,00
1014 - CONTRUÇÃO DE AÇUDES/ BARREIROS	AÇUDES/BARREIROS CONSTRUÍDOS / UNIDADE	P	*Física*					4
			Financeira R$	52.250,00	54.601,00	57.058,00	59.626,00	223.535,00
1016 - REFORMA DO MERCADO DO PRODUTOR RURAL	MERCADO REFORMADO / UNIDADE	P	*Física*					4
			Financeira R$	52.250,00	54.601,00	57.058,00	59.626,00	223.535,00
1031 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO CAMINHOS DE GRACILIANO	PROJETO EXECUTADO / UNIDADE	P	*Física*					1
			Financeira R$	1.741.904,00	0,00	0,00	0,00	1.741.904,00
1042 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO COMUNITÁRIO DE HORTALIÇAS	CENTRO CONSTRUÍDO / UNIDADE	P	*Física*					4
			Financeira R$	52.250,00	54.601,00	57.058,00	59.626,00	223.535,00
1043 - PROJETO DE APOIO AO AGRICULTOR (BANCO DE SEMENTES E ADUBOS)	PROGRAMA IMPLANTADO / UNIDADE	P	*Física*					4
			Financeira R$	250.800,00	262.086,00	273.880,00	286.204,00	1.072.970,00
1044 - REFORMA DOS PONTOS DE DISTRIBUIÇÃO DE LEITE (PAA LEITE)	PONTOS REFORMADOS / UNIDADE	P	*Física*					4
			Financeira R$	31.350,00	32.761,00	34.235,00	35.776,00	134.122,00
1045 - CONSTRUÇÃO DO EMBARCADOR DE GADO	EMBARCADOR CONSTRUÍDO / UNIDADE	P	*Física*					4
			Financeira R$	31.350,00	32.761,00	34.235,00	35.776,00	134.122,00
2023 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SEC. DE AGRICULTURA	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	756.026,00	790.047,00	825.599,00	862.751,00	3.234.423,00
2035 - MANUTENÇÃO DOS PROJETOS DE PSICULTURA	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	21.809,00	22.790,00	23.816,00	24.888,00	93.303,00
2046 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA HORTAS NAS ESCOLAS	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	12.463,00	13.024,00	13.610,00	14.222,00	53.319,00
2061 - REFLORESTAMENTO DA MATA CILIAR	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	10.920,00	11.411,00	11.925,00	12.462,00	46.718,00
			Total Física					**57**
			Total Financeira R$	**3.532.089,00**	**1.870.742,00**	**1.954.926,00**	**2.042.900,00**	**9.400.657,00**

Programa: 0013 - INFRAESTRUTURA PARA TODOS

PPA 2018 / 2021

Ação	Produto / Unidade	Tipo	Meta	2018	2019	2020	2021	Total
1017 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	REDE AMPLIADA / UNIDADE	P	*Física*					4
			Financeira R$	204.101,00	213.286,00	222.883,00	232.913,00	873.183,00
1018 - AMPLIAÇÃO E/OU REFORMA DO CEMITÉRIO PÚBLICO	CEMITÉRIO AMPLIADO E/OU REFORMADO / UNIDADE	P	*Física*					4
			Financeira R$	250.000,00	261.250,00	273.006,00	285.292,00	1.069.548,00
1019 - CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DECALÇAMENTO E/OU PAV. ASFÁLTICA	RUA CALÇADAS E/OU PAVIMENTADAS / UNIDADE	P	*Física*					4
			Financeira R$	1.402.301,00	1.465.405,00	1.531.348,00	1.600.258,00	5.999.312,00
1020 - CONSTRUÇÃO E/OU REFORMAS DE PRAÇAS E URBANIZAÇÃO	PRAÇAS CONSTRUÍDAS E/OU RECUPERADAS / UNIDADE	P	*Física*					4
			Financeira R$	317.500,00	331.788,00	346.718,00	362.320,00	1.358.326,00
1021 - AQUISIÇÃO E/OU DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS	IMÓVEIS DESAPROPRIADOS / UNIDADE	P	*Física*					4
			Financeira R$	112.700,00	117.772,00	123.071,00	128.609,00	482.152,00
1022 - CONSTRUÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	ESTRADA CONSTRUÍDA E/OU REFORMADA / UNIDADE	P	*Física*					4
			Financeira R$	1.862.039,00	1.472.458,00	2.051.088,00	2.332.883,00	7.718.468,00
1023 - CONSTRUÇÃO DE CISTERNAS	CISTERNAS CONSTRUÍDAS / UNIDADE	P	*Física*					4
			Financeira R$	1.300.000,00	1.358.500,00	1.419.632,00	1.483.516,00	5.561.648,00
1024 - CONSTRUÇÃO DO CLUBE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS	CLUBE CONSTRUÍDO / UNIDADE	P	*Física*					4
			Financeira R$	100.000,00	104.500,00	109.202,00	114.117,00	427.819,00
1025 - CONTENÇÃO DE ENCHENTES NA CIDADE	OBRAS REALIZADAS / UNIDADE	P	*Física*					4
			Financeira R$	120.000,00	125.400,00	131.043,00	136.940,00	513.383,00
1026 - CONSTRUÇÃO E/OU REFORMAS DE PONTES	PONTES CONSTRUÍDAS E/OU REFORMADAS / UNIDADE	P	*Física*					4
			Financeira R$	250.000,00	261.250,00	273.006,00	285.292,00	1.069.548,00
1027 - CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DE PREDIOS PÚBLICOS	PREDIOS CONSTRUÍDOS E/OU REFORMADOS / UNIDADE	P	*Física*					4
			Financeira R$	554.601,00	579.558,00	605.638,00	632.892,00	2.372.689,00
1028 - CONSTRUÇÃO DE QUIOSQUES/FEIRA	QUIOSQUE CONSTRUÍDO / UNIDADE	P	*Física*					4
			Financeira R$	98.600,00	103.037,00	107.674,00	112.519,00	421.830,00
1029 - CONST. E/OU RECUPERAÇÃO DE BUEIRAS NAS ESTRADAS VICINAIS	BUEIRAS CONSTRUÍDAS E/OU RECUPERADAS / UNIDADE	P	*Física*					4
			Financeira R$	84.340,00	88.135,00	92.101,00	96.246,00	360.822,00
1030 - REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE PASSEIOS PÚBLICOS	PASSEIOS PÚBLICOS AMPLI. E/OU REFORM. / UNIDADE	P	*Física*					4
			Financeira R$	221.840,00	231.823,00	242.255,00	253.156,00	949.074,00
1033 - CONSTRUÇÃO DO DISTRITO INDUSTRIAL	UNIDADE CONSTRUÍDA / UNIDADE	P	*Física*					
			Financeira R$	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1046 - CONST.E/OU REF.DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO C/REDE DE DISTRIBUIÇÃO	ESTAÇÃO CONSTRUÍDA E/OU REFORMADA / UNIDADE	P	*Física*					4
			Financeira R$	1.200.000,00	1.254.000,00	1.310.430,00	1.369.399,00	5.133.829,00
1047 - CONSTR. E/OU REFORMA DE QUADRA POLIESPORTIVAS	QUADRA CONSTRUÍDA E/OU REFORMADA / UNIDADE	P	*Física*					4
			Financeira R$	250.000,00	261.250,00	273.006,00	285.292,00	1.069.548,00

PPA 2018 / 2021

Programa: 0013 - INFRAESTRUTURA PARA TODOS

2021 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SEC.MUN. DE OBRAS E VIAÇÃO	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	300.000,00	313.500,00	327.608,00	342.350,00	1.283.458,00
2052 - MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	105.262,00	109.999,00	114.949,00	120.121,00	450.331,00
2064 - INT.AO CONS.REG.DE RES.SÓLIDOSDO AGR.ALAGOANO - CONAGRESTE	ATIVIDADE MANTIDA / EXERCÍCIO	A	*Física*					4
			Financeira R$	18.564,00	19.399,00	20.272,00	21.185,00	79.420,00
5001 - CONST. E/OU AMPLIAÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS	CASAS CONSTRUÍDAS E/OU AMPLIADAS / UNIDADE	P	*Física*					4
			Financeira R$	1.200.000,00	1.254.000,00	1.310.430,00	1.369.399,00	5.133.829,00
5011 - MELHORIA SANITÁRIA EM CASAS POPULARES	UNIDADE ATENDIDAS / UNIDADE	P	*Física*					4
			Financeira R$	700.000,00	731.500,00	764.418,00	798.816,00	2.994.734,00
5012 - CONSTR., REF. E/OU AMPLI. DO SIST. DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	REDE CONSTRUÍDA, REF. E/OU AMPLIADAS / UNIDADE	P	*Física*					4
			Financeira R$	415.000,00	433.675,00	453.190,00	473.584,00	1.775.449,00
5014 - AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABAST. DE ÁGUA	REDE CONSTRUÍDA / UNIDADE	P	*Física*					4
			Financeira R$	330.000,00	344.850,00	360.368,00	376.585,00	1.411.803,00
			Total Física					**92**
			Total Financeira R$	**11.396.848,00**	**11.436.335,00**	**12.463.336,00**	**13.213.684,00**	**48.510.203,00**
			Total Geral Física					**961**
			Total Geral Financeira R$	**53.987.759,00**	**50.303.161,00**	**52.663.238,00**	**55.129.521,00**	**212.083.679,00**

ESTADO DE ALAGOAS
MUNICIPIO DE QUEBRANGULO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS - 2019
ESTIMATIVA DE ARRECADAÇÃO PARA 2019/2021
ANEXO II

Conforme art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000

R$ 1,00

NOMENCLATURA	REALIZADA					PREVISTA	ESTIMADA		
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
RECEITA CORRENTE	**24.349.038**	**26.546.767**	**39.908.318**	**33.598.785**	**32.661.484**	**35.779.539**	**37.389.619**	**38.965.788**	**40.719.248**
Receita Tributária	**939.851**	**458.349**	**564.120**	**617.186**	**495.073**	**699.805**	**731.296**	**764.204**	**798.593**
IPTU	10.165	2.763	16.292	8.174	21.905	25.000	26.125	27.301	28.529
IRRF	237.154	51.375	36.443	49.366	55.564	300.000	313.500	327.608	342.350
ISS	586.860	288.481	373.081	393.356	252.237	259.805	271.496	283.713	296.480
ITBI	38.470	49.016	57.983	53.873	36.523	25.000	26.125	27.301	28.529
Taxas	67.202	66.714	80.321	112.417	128.844	90.000	94.050	98.282	102.705
Receita de Contribuições	**1.132.671**	**1.403.355**	**1.800.209**	**2.244.513**	**1.768.295**	**2.720.000**	**2.842.400**	**2.970.308**	**3.103.972**
Cont. Previdência - Servidor	1.095.436	1.151.651	1.443.661	1.850.468	1.387.890	2.300.000	2.403.500	2.511.658	2.624.682
CIP	37.235	251.704	356.548	394.045	380.406	420.000	438.900	458.651	479.290
Receita Patrimonial	**216.568**	**245.658**	**268.117**	**900.290**	**298.095**	**471.509**	**492.727**	**514.900**	**538.070**
Depósitos Vinculados	155.797	140.032	158.663	145.688		160.000	167.200	174.724	182.587
Depósitos Não-Vinculados	19.735	25.720	76.599	684.360	298.095	311.509	325.527	340.176	355.484
Outras Receitas Patrimoniais	41.036	79.906	32.855	70.242		-	-	-	-
Receita de Serviços	-	**263.370**	-	-	-	-	-	-	-
SAAE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Serviços	-	**263.370**				-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	**22.002.673**	**24.152.256**	**25.744.947**	**29.803.632**	**29.951.685**	**31.733.215**	**33.161.210**	**34.653.464**	**36.212.870**
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	**9.510.713**	**10.075.377**	**10.490.369**	**12.128.643**	**11.729.294**	**12.257.112**	**12.808.682**	**13.385.073**	**13.987.401**
FPM	9.167.317	9.707.103	10.340.020	11.992.114	11.571.107	12.091.807	12.635.938	13.204.555	13.798.760
ITR	12.020	10.956	13.665	14.205	13.630	14.243	14.884	15.554	16.254
LC 87/96	11.797	12.288	14.807	14.356	16.042	16.764	17.519	18.307	19.131
Outras Transferências da União	188.931	198.536	11.273	13.727	5.241	5.477	5.723	5.981	6.250
Cota-Parte Recursos Hídricos	277		-			-	-	-	-
Cota-Parte Recurso Mineral		1.567	781	282		-	-	-	-
Cota-Parte Royalties						-	-	-	-
FEX			-		-	-	-	-	-
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	130.371	144.927	109.823	93.959	123.274	128.821	134.618	140.676	147.007
Transferências do SUS	**3.563.738**	**3.723.906**	**3.882.125**	**4.854.063**	**4.030.933**	**4.212.325**	**4.401.880**	**4.599.964**	**4.806.963**
Transferências FNAS	**394.224**	**323.175**	**373.996**	**378.441**	**418.132**	**436.948**	**456.611**	**477.158**	**498.630**
Transferências do FNDE	**595.737**	**984.247**	**677.146**	**1.032.858**	**786.968**	**822.382**	**859.389**	**898.061**	**938.474**
TRANSFERÊNCIA DOS ESTADOS	**2.051.852**	**2.381.891**	**3.048.431**	**3.562.124**	**4.022.817**	**4.203.844**	**4.393.017**	**4.590.702**	**4.797.284**
Cota-Parte do ICMS	1.901.326	2.230.996	2.772.516	3.137.631	3.554.099	3.714.033	3.881.165	4.055.817	4.238.329
Cota-Parte do IPVA	122.081	120.202	138.917	189.641	181.728	189.906	198.452	207.382	216.714
Cota-Parte do IPI	4.974	3.207	2.487	2.016	11.510	12.028	12.569	13.135	13.726
CIDE	964	1.952	7.254	19.976	27.607	28.849	30.148	31.504	32.922
Cota-Parte Royalties - Comp. Financ. pela Prod. Petró	22.507	25.534	26.457	19.660	21.273	22.230	23.231	24.276	25.368
Outras Transferências dos Estados	-		100.800	193.200	226.600	236.797	247.453	258.588	270.225
Transferências para Saúde	**710.753**	**559.452**	**303.645**	**432.564**	**384.509**	**401.812**	**419.893**	**438.789**	**458.534**
SESAU	710.753	559.452	303.645	432.564	384.509	401.812	419.893	438.789	458.534
Transferências Multigovernamentais	**7.352.636**	**8.438.703**	**9.516.635**	**10.320.095**	**10.156.941**	**11.248.049**	**11.754.211**	**12.283.151**	**12.835.892**
Recursos do FUNDEB	5.912.689	6.457.540	6.951.195	8.241.493	8.630.558	8.522.350	8.905.856	9.306.619	9.725.417
Complementação FUNDEB	1.439.947	1.981.163	2.565.440	2.078.602	1.526.383	2.725.699	2.848.355	2.976.531	3.110.475
Transferências de Convênios da União		-		-	**1.300.000**	**1.358.500**	**1.419.633**	**1.483.516**	**1.550.274**
Transf.Convênios dos Estados				-	-	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	**57.275**	**23.779**	**11.530.925**	**33.164**	**148.336**	**155.011**	**161.986**	**62.912**	**65.743**
Multa e Juros de Mora					93.206	97.400	101.783	106.364	111.150
Indenizações e Restituições	15.740	320	11.524.613	23.194	48.553	50.738	53.021	55.407	57.900
Dívida Ativa Tributária	7.465	23.459	6.312	9.970	6.577	6.873	7.182	7.505	7.843
Outras Receitas	34.070	-	-		-	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	**2.101.294**	**236.307**	**1.842.941**	**1.930.123**	**1.294.473**	**10.000.000**	**10.450.000**	**10.920.250**	**11.411.661**
Operações de Crédito	-			-	-	-	-	-	-
Amortização de Emprestimos									
Alienação de Bens		-	72.548			-	-	-	-
Transferências de Capital	2.101.294	236.307	1.770.393	1.930.123	1.294.473	10.000.000	10.450.000	10.920.250	11.411.661
Transferências de Convênio							-	-	-
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	**2.176.980**	**2.334.495**	**2.547.400**	**2.905.156**	**2.877.909**	**3.207.756**	**3.352.105**	**3.502.950**	**3.660.583**
Dedução FPM - FUNDEB	1.766.541	1.858.965	1.958.922	2.233.587	2.122.510	2.418.361	2.527.188	2.640.911	2.759.752
Dedução ITR - FUNDEB	2.404	2.191	2.733	2.841	2.725	2.849	2.977	3.111	3.251
Dedução LC 87/96 - FUNDEB	2.359	2.458	2.961	2.871	3.208	3.353	3.504	3.661	3.826
Dedução ICMS - FUNDEB	380.265	446.200	554.503	627.526	714.463	742.807	776.233	811.163	847.666
Dedução IPVA - FUNDEB	24.416	24.040	27.783	37.928	32.701	37.981	39.690	41.476	43.343
Dedução IPI - FUNDEB	995	641	498	403	2.302	2.406	2.514	2.627	2.745
RECEITA CORRENTE + CAPITAL	**26.450.332**	**26.783.074**	**41.751.259**	**35.528.908**	**33.955.957**	**45.779.539**	**47.839.619**	**49.886.038**	**52.130.910**
RECEITAS INTRAORCAMENTÁRIAS	**1.844.277**	**1.898.169**	**2.123.854**	**3.352.355**	**2.964.591**	**4.490.071**	**4.692.124**	**4.903.270**	**5.123.917**
Contribuições Previdenciárias do RPPS (Patronal)	1.637.695	1.833.423	1.906.587	2.701.115	2.702.960	4.216.667	4.406.417	4.604.705	4.811.917
Contribuição Previdenciária ao RPPS (Parcelamento)	206.582	64.746	217.267	651.240	261.631	273.404	285.708	298.564	312.000
RECEITA TOTAL	**28.294.609**	**28.681.243**	**43.875.113**	**38.881.263**	**36.920.548**	**50.269.610**	**52.531.743**	**54.789.308**	**57.254.827**

ARF/Tabela 1 - DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO – ALAGOAS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE RISCOS FISCAIS - ANEXO III

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

2019

ARF (LRF, art 4°, § 3°) R$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais			
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes (Dívida Fundada)	4.000.000,00	Parcelamento de Débitos	4.000.000,00
SUBTOTAL	**4.000.000,00**	**SUBTOTAL**	**4.000.000,00**

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	2.626.587,15	Limitação de Empenho	2.626.587,15
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais (Suplementação)	21.012.697,16	Anulação de Despesas	21.012.697,16
SUBTOTAL	**23.639.284,31**	**SUBTOTAL**	**23.639.284,31**
TOTAL	**27.639.284,31**	**TOTAL**	**27.639.284,31**

FONTE: Relatórios Fiscais RREO de Dezembro/2017

Nota: Dívida Fundada prevista de R$4.000.000,00 relativa ao FGTS que se encontra em Execução Fiscal.

As Suplementações estão previstas no limite de até 40% da Receita Prevista.

A Frustração na Arrecadação foi estabelecido no limite máximo de 5% da Receita Prevista.

AMF/Tabela 1 - DEMONSTRATIVO I – METAS ANUAIS

MINICÍPIO DE QUEBRANGULO – ALAGOAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2019

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2019				2020				2021			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (c / RCL) x 100
Receita Total	50.167.814	50.167.814	98,25	97,63	52.323.789	52.323.789	98,06	101,82	54.678.359	54.678.359	98,06	106,40
Receitas Primárias (I)	49.697.260	49.697.260	97,33	96,71	51.933.637	51.933.637	97,33	101,06	54.270.651	54.270.651	97,33	105,61
Despesa Total	50.167.814	50.167.814	98,25	97,63	52.425.366	52.425.366	98,25	102,02	54.784.508	54.784.508	98,25	106,61
Despesas Primárias (II)	49.308.314	49.308.314	96,56	95,95	51.527.189	51.527.189	96,56	100,27	53.845.912	53.845.912	96,56	104,78
Resultado Primário (III) = (I – II)	388.946	388.946	0,76	0,76	406.448	406.448	0,76	0,79	424.739	424.739	0,76	0,83
Resultado Nominal	-805.610	-805.610	-1,58	-1,57	-841.863	-841.863	-1,58	-1,64	-879.747	-879.747	-1,58	-1,71
Dívida Pública Consolidada	6.489.860	6.489.860	12,71	12,63	6.447.189	6.447.189	12,08	12,55	6.355.236	6.355.236	11,40	12,37
Dívida Consolidada Líquida	5.840.874	5.840.874	11,44	11,37	6.103.714	6.103.714	11,44	11,88	6.378.381	6.378.381	11,44	12,41
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)												
Despesas Primárias geradas por PPP (V)												
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)												

FONTE: Demonstrativo AMF – Dem 3

VARIÁVEIS	2018	2019	2020	2021
Projeção do PIB Estadual	R$ 48.863.450	R$ 51.062.305	R$ 53.360.109	R$ 55.761.314
Taxa de juro aplicado sobre a dívida consolidada do Município (SELIC)	6%	6%	6%	6%
Meta anual de inflação instituída pelo Conselho Monetário Nacional	4,5	4,25	4,5	4,5

AMF/Tabela 2 - DEMONSTRATIVO 2 – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO – ALAGOAS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

2019

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2017 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2017 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	42.832.876,00	96,49%	158,08%	34.598.245,42	77,94%	127,69%	-8.234.630,58	-19,23%
Receitas Primárias (I)	42.585.738,00	95,94%	157,17%	34.318.905,39	77,31%	126,66%	-8.266.832,61	-19,41%
Despesa Total	42.832.876,00	96,49%	158,08%	36.102.768,95	81,33%	133,24%	-6.730.107,05	-15,71%
Despesas Primárias (II)	42.337.048,00	95,38%	156,25%	35.751.891,54	80,54%	131,95%	-6.585.156,46	-15,55%
Resultado Primário (III) = (I–II)	248.690,00	0,56%	0,92%	-1.432.986,14	-3,23%	-5,29%	-1.681.676,14	-676,21%
Resultado Nominal	-772.483,00	-1,74%	-2,85%	-200.428,82	-0,45%	-0,74%	572.054,18	-74,05%
Dívida Pública Consolidada	3.254.576,00	7,33%	12,01%	3.174.772,98	7,15%	11,72%	-79.803,02	-2,45%
Dívida Consolidada Líquida	-7.970.600,00	-17,96%	-29,42%	1.438.179,55	3,24%	5,31%	9.408.779,55	-118,04%

FONTE: Relatórios LRF de Dezembro/2017

Dados:

1. RCL em 2017	27.095.685,19
2. PIB Estadual em 2015	44.389.210,00

AMF/Tabela 3 - DEMONSTRATIVO 3 – METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO – ALAGOAS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2019

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2016	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%
Receita Total	36.920.548	36.920.548	100,00%	50.269.610	136,16%	52.531.743	104,50%	54.789.308	104,30%	57.254.827	104,50%
Receitas Primárias (I)	37.980.986	36.622.458	96,42%	49.827.596	136,06%	52.039.016	104,44%	54.380.772	104,50%	56.827.906	104,50%
Despesa Total	49.652.329	38.526.058	77,59%	50.245.855	130,42%	52.531.743	104,55%	54.895.671	104,50%	57.365.977	104,50%
Despesas Primárias (II)	49.507.777	38.151.629	77,06%	49.345.855	129,34%	51.631.743	104,63%	53.955.171	104,50%	56.383.154	104,50%
Resultado Primário (III) = (I - II)	-11.526.791	-1.529.171	13,27%	481.741	-31,50%	407.273	84,54%	425.600	104,50%	444.752	104,50%
Resultado Nominal	9.126.732	-213.882	-2,34%	-807.245	377,43%	-843.571	104,50%	-881.532	104,50%	-921.201	104,50%
Dívida Pública Consolidada	3.255.300	3.387.870	104,07%	7.254.576	214,13%	6.795.665	93,67%	6.750.983	99,34%	6.654.697	98,57%
Dívida Consolidada Líquida	1.614.658	1.534.713	95,05%	6.529.118	425,43%	6.116.099	93,67%	6.391.323	104,50%	6.678.933	104,50%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2016	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%
Receita Total	32.981.125	34.598.245	104,90%	47.107.652	136,16%	50.167.814	106,50%	52.323.789	104,30%	54.678.359	104,30%
Receitas Primárias (I)	33.928.415	34.318.905	101,15%	46.693.440	136,06%	49.697.260	106,43%	51.933.637	104,50%	54.270.651	104,50%
Despesa Total	44.354.425	36.102.769	81,40%	47.085.391	130,42%	50.167.814	106,55%	52.425.366	104,50%	54.784.508	104,50%
Despesas Primárias (II)	44.225.297	35.751.892	80,84%	46.242.001	129,34%	49.308.314	106,63%	51.527.189	104,50%	53.845.912	104,50%
Resultado Primário (III) = (I - II)	-10.296.882	-1.432.986	13,92%	451.439,49	-31,50%	388.946	86,16%	406.448	104,50%	424.739	104,50%
Resultado Nominal	8.152.910	-200.429	-2,46%	-756.469	377,43%	-805.610	106,50%	-841.863	104,50%	-879.747	104,50%
Dívida Pública Consolidada	2.907.959	3.174.773	109,18%	6.798.263	214,13%	6.489.860	95,46%	6.447.189	99,34%	6.355.236	99,34%
Dívida Consolidada Líquida	1.442.374	1.438.180	99,71%	6.118.436	425,43%	5.840.874	95,46%	6.103.714	104,50%	6.378.381	104,50%

FONTE: Relatórios SICONFI do Tesouro Nacional; Anexos RREO e RGF de 2016.

Dados:

1. Inflação em 2016 = 6,29%
2. Projeção Inflação 2017 = 2,95%
3. Projeção Inflação 2018 = 4,5%
4. Projeção Inflação 2019= 4,25%
5. Projeção Inflação 2020= 4,5%
5. Projeção Inflação 2021= 4,5%

AMF/Tabela 4 - DEMONSTRATIVO 4 – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO – ALAGOAS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2019

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III) R$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	%	2016	%	2015	%
Patrimônio/Capital	Em Apuração		-40.363.649	88,01%	-28.867.190	71,52%
Reservas			0			
Resultado Acumulado			-5.500.193	11,99%	-11.496.459	28,48%
TOTAL	0,00	0,00%	-45.863.842	100,00%	-40.363.649	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2017**	**%**	**2016**	**%**	**2015**	**%**
Patrimônio	Em Apuração					
Reservas						
Lucros ou Prejuízos Acumulados			-66.752.245,00	100,00%	-67.587.724,00	
TOTAL	0,00	0,00%	-66.752.245,00	100,00%	-67.587.724,00	0,00%

FONTE: Balanço Geral de 2015 e 2016

Nota:

Balanço Patrimonial de 2017 em Apuração. Prazo até 30/4/2018.

AMF/Tabela 5 - DEMONSTRATIVO 5 – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO – ALAGOAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2019

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2017 (a)	2016 (b)	2015 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	**0,00**	**0,00**	**72.548,00**
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	72.548,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00

DESPESAS EXECUTADAS	2016 (d)	2015 (e)	2014 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	72.548,00
DESPESAS DE CAPITAL	**0,00**	**0,00**	**72.548,00**
Investimentos	0,00	0,00	72.548,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO	2017 (g) = ((Ia – IId) + IIIh)	2016 (h) = ((Ib – IIe) + IIIi)	2015 (i) = (Ic – IIf)
VALOR (III)	0,00	0,00	0,00

FONTE: Relatórios LRF 2017

Nota :
Não houve alienação de bens no exercício de 2017.

MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO – ALAGOAS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

2019

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2015	2016	2017
RECEITAS CORRENTES (I)	**3.600.370,46**	**5.296.262,26**	**4.561.418,98**
Receita de Contribuições dos Segurados	**1.443.661,16**	**1.850.468,91**	**1.387.889,69**
Civil	**1.443.661,16**	**1.850.468,91**	**1.387.889,69**
Ativo	1.443.661,16	1.850.468,91	1.387.381,33
Inativo			508,36
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais	**2.123.854,21**	**3.352.356,55**	**2.964.591,66**
Civil	**1.906.587,30**	**2.701.115,58**	**2.702.960,49**
Ativo	1.906.587,30	2.701.115,58	2.702.960,49
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Em Regime de Parcelamento de Débitos	**217.266,91**	**651.240,97**	**261.631,17**
Receita Patrimonial	**32.855,09**	**70.242,88**	**67.531,27**
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários	32.855,09	70.242,88	67.531,27
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outras Receitas Correntes		**23.193,92**	**141.406,36**
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Demais Receitas Correntes		23.193,92	141.406,36
RECEITAS DE CAPITAL (II)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			

Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (III) = (I + II)	**3.600.370,46**	**5.296.262,26**	**4.561.418,98**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	**2015**	**2016**	**2017**
ADMINISTRAÇÃO (IV)	-	-	-
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA (V)	**3.859.117,88**	**6.734.097,63**	**4.958.578,41**
Benefícios - Civil	**3.659.826,19**	**4.792.659,93**	**4.531.064,38**
Aposentadorias	2.492.544,20	3.720.988,22	3.780.503,24
Pensões	579.679,53	1.071.671,71	680.164,19
Outros Benefícios Previdenciários	587.602,46		70.396,95
Benefícios - Militar	-	-	-
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias	**199.291,69**	**1.941.437,70**	**427.514,03**
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias	199.291,69	1.941.437,70	427.514,03
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)	**3.859.117,88**	**6.734.097,63**	**4.958.578,41**

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III – VI)	**-258.747,42**	**- 1.437.835,37**	**- 397.159,43**

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**2015**	**2016**	**2017**
VALOR			

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**2015**	**2016**	**2017**
VALOR			

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	**2015**	**2016**	**2017**
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			

BENS E DIREITOS DO RPPS	**2015**	**2016**	**2017**
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Investimentos e Aplicações	187.703,80	1.042.203,79	1.234.269,88
Outro Bens e Direitos			

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RRPS	2015	2016	2017
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2017	2.900.408,65	2.914.755,23	- 14.346,58	1.219.923,30
2018	2.842.060,67	3.073.522,58	- 231.461,91	988.461,39
2019	2.855.964,62	3.226.382,98	- 370.418,36	618.043,03
2020	2.851.595,93	3.392.219,13	- 540.623,20	77.419,83
2021	2.833.830,53	3.580.716,34	- 746.885,81	- 669.465,98
2022	2.783.946,04	3.782.381,10	- 998.435,06	- 1.667.901,04
2023	2.753.062,80	3.980.318,89	- 1.227.256,09	- 2.895.157,13
2024	2.760.148,14	4.173.061,15	- 1.412.913,01	- 4.308.070,14
2025	2.744.085,20	4.380.912,95	- 1.636.827,75	- 5.944.897,89
2026	2.670.332,98	4.615.478,76	- 1.945.145,78	- 7.890.043,67
2027	2.643.973,69	4.864.695,18	- 2.220.721,49	- 10.110.765,16
2028	2.607.938,53	5.108.330,16	- 2.500.391,63	- 12.611.156,79
2029	2.590.722,41	5.314.880,25	- 2.724.157,84	- 15.335.314,63
2030	2.521.458,14	5.512.348,16	- 2.990.890,02	- 18.326.204,65
2031	2.505.763,72	5.717.450,10	- 3.211.686,38	- 21.537.891,03
2032	2.497.138,77	5.908.417,00	- 3.411.278,23	- 24.949.169,26
2033	2.445.917,89	6.105.369,68	- 3.659.451,79	- 28.608.621,05
2034	2.447.024,08	6.296.573,33	- 3.849.549,25	- 32.458.170,30
2035	2.399.750,52	6.509.844,92	- 4.110.094,40	- 36.568.264,70
2036	2.387.037,22	6.696.821,24	- 4.309.784,02	- 40.878.048,72
2037	2.340.081,15	6.850.059,97	- 4.509.978,82	- 45.388.027,54
2038	2.303.381,08	6.970.305,40	- 4.666.924,32	- 50.054.951,86
2039	2.296.071,36	7.056.849,07	- 4.760.777,71	- 54.815.729,57
2040	2.260.380,35	7.128.245,89	- 4.867.865,54	- 59.683.595,11
2041	2.242.287,31	7.183.019,25	- 4.940.731,94	- 64.624.327,05
2042	2.216.253,14	7.230.038,45	- 5.013.785,31	- 69.638.112,36
2043	2.189.092,14	7.262.392,74	- 5.073.300,60	- 74.711.412,96
2044	2.177.622,62	7.257.164,33	- 5.079.541,71	- 79.790.954,67
2045	2.142.867,41	7.232.974,42	- 5.090.107,01	- 84.881.061,68
2046	1.872.514,06	7.185.030,06	- 5.312.516,00	- 90.193.577,68
2047	1.841.881,92	7.109.614,63	- 5.267.732,71	- 95.461.310,39
2048	1.810.889,77	7.009.791,12	- 5.198.901,35	- 100.660.211,74

2049	1.779.542,58	6.891.820,09	-	5.112.277,51	- 105.772.489,25
2050	1.665.873,91	6.763.221,63	-	5.097.347,72	- 110.869.836,97
2051	1.632.709,65	6.628.916,88	-	4.996.207,23	- 115.866.044,20
2052	1.598.597,59	6.490.447,86	-	4.891.850,27	- 120.757.894,47
2053	1.563.462,23	6.347.796,29	-	4.784.334,06	- 125.542.228,53
2054	1.527.251,12	6.200.775,95	-	4.673.524,83	- 130.215.753,36
2055	1.489.881,99	6.049.053,96	-	4.559.171,97	- 134.774.925,33
2056	1.451.304,96	5.892.427,78	-	4.441.122,82	- 139.216.048,15
2057	1.411.509,81	5.730.855,90	-	4.319.346,09	- 143.535.394,24
2058	1.370.346,01	5.563.735,32	-	4.193.389,31	- 147.728.783,55
2059	1.328.075,13	5.392.103,64	-	4.064.028,51	- 151.792.812,06
2060	1.284.632,71	5.215.723,55	-	3.931.090,84	- 155.723.902,90
2061	1.240.175,02	5.035.221,37	-	3.795.046,35	- 159.518.949,25
2062	1.194.760,88	4.850.835,90	-	3.656.075,02	- 163.175.024,27
2063	1.148.473,60	4.662.905,38	-	3.514.431,78	- 166.689.456,05
2064	1.096.738,06	4.452.854,50	-	3.356.116,44	- 170.045.572,49
2065	1.049.534,88	4.261.205,34	-	3.211.670,46	- 173.257.242,95
2066	1.001.715,16	4.067.053,01	-	3.065.337,85	- 176.322.580,80
2067	953.460,19	3.871.133,52	-	2.917.673,33	- 179.240.254,13
2068	905.164,33	3.675.048,03	-	2.769.883,70	- 182.010.137,83
2069	857.170,05	3.480.186,96	-	2.623.016,91	- 184.633.154,74
2070	809.634,65	3.287.188,98	-	2.477.554,33	- 187.110.709,07
2071	762.629,95	3.096.345,74	-	2.333.715,79	- 189.444.424,86
2072	716.446,04	2.908.834,93	-	2.192.388,89	- 191.636.813,75
2073	671.469,46	2.726.225,99	-	2.054.756,53	- 193.691.570,28
2074	627.990,95	2.549.699,37	-	1.921.708,42	- 195.613.278,70
2075	586.326,39	2.380.537,51	-	1.794.211,12	- 197.407.489,82
2076	546.379,42	2.218.349,24	-	1.671.969,82	- 199.079.459,64
2077	508.291,28	2.063.707,98	-	1.555.416,70	- 200.634.876,34
2078	472.475,68	1.918.293,47	-	1.445.817,79	- 202.080.694,13
2079	438.812,84	1.781.619,32	-	1.342.806,48	- 203.423.500,61
2080	407.475,12	1.654.385,37	-	1.246.910,25	- 204.670.410,86
2081	378.341,24	1.536.099,24	-	1.157.758,00	- 205.828.168,86
2082	351.814,11	1.428.396,70	-	1.076.582,59	- 206.904.751,45
2083	327.761,25	1.330.739,97	-	1.002.978,72	- 207.907.730,17
2084	305.974,76	1.242.284,84	-	936.310,08	- 208.844.040,25
2085	286.393,60	1.162.783,59	-	876.389,99	- 209.720.430,24
2086	268.770,46	1.091.232,09	-	822.461,63	- 210.542.891,87
2087	253.007,27	1.027.232,11	-	774.224,84	- 211.317.116,71
2088	238.897,33	969.944,51	-	731.047,18	- 212.048.163,89

AMF/Tabela 7 - DEMONSTRATIVO 7 – ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO – ALAGOAS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

2019

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V) R$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2019	2020	2021	
TOTAL						-

FONTE:

a) O Município, quando da elaboração da LDO 2019, ainda não havia determinado nenhuma espécie de redução de Tributo ou Contribuição.

b) Caso venha ocorrer alguma espécie de renúncia de receita, o Município deverá rever este Anexo propondo alteração na LDO 2019.

AMF/Tabela 8 - DEMONSTRATIVO 8 – MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO – ALAGOAS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

2019

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V) R$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2019
Aumento Permanente da Receita	2.262.132,47
(-) Transferências Constitucionais	1.427.994,68
(-) Transferências ao FUNDEB	506.162,21
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	327.975,58
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	327.975,58
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	327.975,58

FONTE: Anexos LDO/2018

